

# Atenções vão para comissão que vai cassar

Duas semanas antes de concluir os trabalhos da CPI do Orçamento os parlamentares começam a se preocupar com a composição da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). A Comissão será a responsável pelo julgamento que definirá a cassação, ou não, dos mandatos dos deputados indicados como culpados de manipulação no Orçamento, no relatório que está sendo preparado pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL/PE). O relatório deverá ser votado até o dia 24 deste mês. Já se fala no nome do deputado Odacyr Klein para a presidência da CCJ.

O deputado Benedito-Figueiredo (PDT/SE), que relatou o processo contra os deputados do PSD acusados de compra de filiações, acredita que é preciso ter um cuidado redobrado com a renovação dos membros da CCJ. Além dos trabalhos normais durante o ano, a primeira função da CCJ agora será o processo dos envolvidos na Máfia do Orçamento. As indicações, das lideranças, segundo ele, devem ser criteriosas, para que a Comissão haja com isenção na hora de julgar.

Até mesmo a data para renovação ou mudança dos membros da Comissão está sendo reestudada. A proposta que circula no Congresso é de que, no dia 15 de fevereiro, a CCJ esteja funcionando com a composição que vai analisar os processos contra os envolvidos na CPI do Orçamento. O deputado Sigmaringa

Seixas (PSDB/DF), no entanto, acredita que seria mais conveniente que esta data fosse antecipada para 1º de fevereiro, para que os novos membros não pegassem o processo já em andamento.

A discussão gira, também, em torno dos critérios que as lideranças partidárias utilizarão para fazer as indicações. Parlamentares como o deputado João Almeida (PMDB/BA), membro da CCJ, acredita que não seria necessário nem mesmo fazer mudanças na atual composição. Ele rejeita qualquer indicação que tenha como objetivo específico julgar os acusados na CPI do Orçamento. As indicações, segundo ele, devem ser feitas com os mesmos critérios que sempre foram utilizados.

**Odacyr Klein** — Polêmicas à parte, os parlamentares parecem ter encontrado um ponto de consenso. A maioria dos deputados acredita que a indicação do vice-presidente da CPI do Orçamento, deputado Odacyr Klein (PMDB/RS), para a presidência da CCJ seria bem recebida pelo Congresso. A sua atuação como vice-presidente da CPI do Orçamento tem sido elogiada e conta a seu favor o fato dele ter conhecimento jurídico e dos fatos ocorridos na Comissão de Orçamento.

Também é consenso entre os atuais membros da CCJ que as indicações devem seguir alguns critérios básicos. O deputado Sigmaringa Seixas lembra que a responsabilidade pelas indicações é das lideranças partidárias, mas que os membros devem ter pelo menos uma das características: formação jurídica e a disposição de enfrentar os problemas sem um comportamento partidário.